

Você tem fome do que?

José Arbex Júnior

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
 Professor no Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e líder de Núcleo Perseu Abramo de Pesquisa em Jornalismo da PUC-SP
 Endereço profissional: rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05.014-001 – São Paulo, SP, Brasil
 Telefone: (11) 3670-8511; Fax: (11) 3670-8511
 Endereço eletrônico: arbex@uol.com.br

O presente artigo procura mostrar que a fome e a subnutrição, que hoje atingem pelo menos 852 milhões de seres humanos em todo o mundo, não são consequência de problemas naturais, nem do suposto crescimento descontrolado da população mundial, mas sim de políticas neoliberais que tratam a comida como uma mercadoria qualquer e, nessa medida, sujeita às leis e mecanismos da especulação financeira.

Palavras-chave: fome, alimentação, commodities, tecnologia, agro-negócio, transgênicos.

Resumen

¿Usted tiene hambre de lo que?

El actual artículo busca mostrar que el hambre y el subnutrición, que alcanzan hoy por lo menos 852 millones de seres humanos en el mundo entero, no son consecuencia de problemas naturales, ni del crecimiento incontrolado de la población mundial, pero sí de las políticas neoliberal que tratan el alimento como mercancía cualquier e, en esta medida, sujeta el leyes y a los mecanismos de la especulación financiera.

Palabras clave: hambre, alimentación, *commodities*, tecnología, agro-negócio, transgênicos.

Abstract

You're hungry of what?

The present article tries to show that hunger and malnutrition, that today reach at least 852 million human beings all over the world, are not consequence of natural problems, nor of the supposed uncontrolled growth of the world population, but of neoliberal politics that treat food as any merchandise, and subject, as such, to the same laws and mechanisms that regulate financial speculation.

Key-words: hunger, feeding, commodities, technology, agriculture-business, genetically modified food

Fome e subnutrição matam 6 milhões de crianças por ano

A fome e a subnutrição matam cerca de 6 milhões de crianças por ano, em todo o mundo, segundo o relatório anual da Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (OAA – ONU), divulgado em novembro de 2005.¹ A maioria das mortes é provocada por distúrbios neonatais e doenças como diarreia, pneumonia e malária, que poderiam ser facilmente curadas se as vítimas não estivessem debilitadas pela falta de

alimentos. A escassos dez anos do prazo final para reduzir à metade o número total de seres humanos vítimas da fome, subnutrição e miséria (estabelecido pela ONU em 1990), delineia-se um quadro de fracasso total. Baseando-se no seu próprio relatório de 2004, a OAA conclui que 852 milhões de pessoas no mundo padeceram de subnutrição ou fome no período entre 2000 e 2002 (815 milhões nos países em desenvolvimento, 28 milhões nos países “em transição” – antigo bloco socialista europeu – e 9 milhões nos industrializados).ⁱⁱ Isso significa algo como cinco vezes a população total do Brasil, ou ainda um em cada sete habitantes do planeta. Cerca de 2 bilhões de seres humanos sofrem de carência de micronutrientes (incluindo ferro, iodo, cálcio, outros minerais e vitaminas A, C e outras).

Cerca de 75% dos seres humanos subalimentados vivem no meio rural, ao passo que muitos dos 25% restantes são integrados por camponeses que foram expulsos de seus locais de origem, para engordar as favelas e bairros periféricos das grandes cidades, ou miseráveis campos de refugiados da ONU e outras instituições. A agricultura mundial emprega, no total, 1,3 bilhão de pessoas ativas, o que significa quase 3 bilhões de seres humanos, contando os familiares, isto é, praticamente a metade da população planetária. A cada ano, cerca de 50 milhões deles (cerca de três vezes a população da Grande São Paulo, estimada em 17 milhões) são expulsos do campo. A propaganda oficial - de governo e das corporações privadas – argumenta que a globalização e o agronegócio tendem a melhorar esse quadro. O relatório da OAA de 2004 diz o contrário:

Durante a segunda metade do decênio de referência [anos 90], o número de pessoas cronicamente famintas nos países em desenvolvimento aumentou segundo um ritmo de quase 4 milhões ao ano, o que apagou dois terços da redução de 27 milhões conseguida nos cinco anos anteriores.

As denúncias da IV Conferência Internacional da Via Campesina

A razão para o aumento da fome no campo é simples, e foi bem explicada pela Declaração Final da IV Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em junho de 2004, em Itaici - SP (a primeira aconteceu na Bélgica, em 1993; a segunda, no México, três anos depois, e a terceira na Índia, no ano 2000): a crescente concentração de riqueza, se aumenta a produtividade mediante o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas, piora a situação de quem não tem acesso a essas mesmas tecnologias. O documento é um libelo contra o neoliberalismo e tudo de trágico que ele significa para centenas de milhões de camponeses de todo o mundo – incluindo a exploração predatória da biotecnologia, os tratados de “livre comércio” que consagram e ampliam o poder transnacional de algumas centenas de corporações, a expulsão do camponês pobre do campo, o fechamento de perspectivas para a juventude, a preservação do patriarcalismo e a conseqüente super-exploração do trabalho feminino, as violações sistemáticas dos direitos humanos, a multiplicação de guerras.

Há, enfim, um abismo intransponível entre o quadro descrito pela Via Campesina e a face brilhante da “revolução verde” (a mecanização intensiva da agricultura combinada com o avanço biotecnológico), mola propulsora do agro-negócio (ou *agrobusiness*, como prefere a mídia). Mas os dados fornecidos pela OAA corroboram as denúncias da Via Campesina. Em todo o mundo, por exemplo, existem apenas 28 milhões de tratores em operação. O número indica que a “revolução verde” beneficia uma ínfima minoria. Nas culturas mecanizadas, um único trabalhador pode cultivar cerca de 200 hectares, com altíssimo índice de produtividade (medido em toneladas de cereais por trabalhador por ano), graças a investimentos em tecnologia, bioquímica, seleção de sementes e raças de animais etc. Em contrapartida, menos da metade dos trabalhadores rurais dispõe de tração animal para tocar suas culturas, e cerca de 1/3 estão à margem da “revolução verde”. São os camponeses pobres, que formam o exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações. No Brasil, apesar da vasta extensão territorial e do lugar que o país ocupa como exportador mundial de alimentos, o

mercado de tratores e de máquinas agrícolas reflete o monopólio exercido pelo latifúndio e exploração de vastas monoculturas de exportação, como demonstra o seguinte quadro:

Evolução da produção e venda de máquinas agrícolas automotrizes no Brasil *			
Ano	Produção	Exportação	Vendas no Brasil **
2000	35.501	5.270	31.062
2001	44.339	8.246	35.523
2002	52.010	10.443	42.568
2003	61.026	21.422	37.995
2004	69.418	31.022	37.790

* Incluem cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras.
 ** Incluem venda de veículos importados.
 Fonte: Anfavea – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (<www.anfavea.com.br>)

A situação mundial da agricultura é brutalmente desigual. No lado rico e privilegiado, fica um punhado de produtores que se beneficiam da “revolução agrícola”, concentrados nos países industrializados e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento. Tais setores são capazes de produzir até 2.000 toneladas de equivalentes – cereais por trabalhador por anoⁱⁱⁱ, mediante o uso de tratores e grandes máquinas que custam até 300 mil dólares por trabalhador.^{iv} No meio do espectro, ficam alguns milhões de empresários, nas regiões favorecidas dos países em desenvolvimento, com capacidade de produzir até 50 toneladas por trabalhador, com equipamento de tração animal custando menos de 10 mil dólares por trabalhador, e até 10 toneladas mediante o uso de equipamento manual, ao custo de menos de 100 dólares por trabalhador. Finalmente, no extremo mais pobre, centenas de milhões de camponeses que dispõem unicamente de um equipamento manual rudimentar, privados de sementes selecionadas, produzindo menos de uma tonelada de equivalente – cereais por trabalhador por ano.^v Do ponto de vista dos camponeses pobres, os dados estatísticos têm um significado terrível, devastador. A micro-região de Ribeirão Preto (SP), conhecida como a “Califórnia brasileira”, maior produtora de cana de açúcar do país e sede da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (*Agrishow*), oferece um exemplo muito nítido disso.

Em 2005, o total de negócios transacionados no âmbito da feira somavam algo em torno de três bilhões de reais. O agro-negócio levou ainda mais dinheiro para a região. Em 2002, a colheita de cana ultrapassou 81 milhões de toneladas, quase 10 milhões a mais do que a obtida no ano anterior (72,2 milhões de toneladas); a produção de açúcar atingiu 5,3 milhões de toneladas, quando foi de 4,1 milhões de toneladas em 2001. Operam, na região, mais de quinhentas colhedoras de cana, cada uma com capacidade de colher setecentas toneladas diárias – isto é, fazem o trabalho equivalente de cem homens (no total, as máquinas desempregam um exército de 50 mil trabalhadores). Para aumentar a produtividade, os grandes usineiros lançam mão da biotecnologia, incluindo a construção de biofábricas de cana.^{vi}

O inferno na “Califórnia brasileira”

Em total contraste com o quadro de tamanha prosperidade, os trabalhadores rurais vivem o inferno. Uma primeira conseqüência do modelo é o desemprego e a migração de milhares de seres humanos famintos e errantes, que vagam pela região em busca de “bicos”, trabalhando até mesmo em troca de prato de comida. Jovens formam gangues (em

2002, a Polícia Militar chegou a contar 25 delas na micro-região de Ribeirão Preto) dedicadas ao narcotráfico, roubo, exploração da prostituição, homicídio, extorsão de pequenos comerciantes. Os que têm “sorte” de arrumar trabalho, recebem salários cada vez mais aviltados (em 2001, cada trabalhador recebia R\$ 1,50 por caixa de laranja colhida; em 2002, recebeu R\$ 0,50 pelo mesmo trabalho), quando recebem – é comum a prática de parcelar os salários, ou simplesmente não pagá-los. Com o objetivo de capacitar os trabalhadores para o trabalho e manter o índice de produtividade, apesar da péssima alimentação, os usineiros de açúcar, orientados por nutricionistas, distribuem um componente à base de glicose, único meio de suportar o calor infernal, especialmente após o meio-dia.

A perda líquida do organismo em função do alto ritmo de trabalho – o cortador dá 9.700 golpes de facão para atingir a média de dez toneladas diárias de cana – além de ocasionar as câibras, provoca inúmeras disfunções físicas que chegam a provocar enfartes. Foram colhidos muitos depoimentos de familiares de jovens que, após a jornada de trabalho, sentiram muitas câibras e dores no peito, vindo a falecer em seguida. Na região da Alta Paulista, mais precisamente no município de Pacabembu, os trabalhadores estão sendo vitimados pela “birola”, assim definida por eles. Em função do esforço desmesurado, muitos são acometidos durante o trabalho por convulsões, tremedeiras, suores, havendo casos de mortes no canavial, segundo relatos. Para a reposição de energias, muitos trabalhadores fazem uso de medicamentos (injeções amarelinhas), cujos efeitos para a saúde lhes são totalmente desconhecidos. Há alguns anos, reportagens veiculadas pela mídia televisiva chocaram o país ao revelarem o uso de drogas, como o *crack*, pelos cortadores de cana na região de Jaú, a fim de aumentarem o ritmo de trabalho.^{vii}

É essa extrema desigualdade – a escravidão em plena “Califórnia brasileira” - que gera o fenômeno da fome e da subnutrição no Brasil e em escala planetária. A fome não é decorrência da falta de oferta de alimentos. Não há escassez de comida. Sobra alimento, ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, ou alguma teoria de inspiração malthusiana.^{viii} Já no final dos anos 20 do século passado, os Estados Unidos, por exemplo, produziam muito mais alimentos do que eram capazes de consumir e exportar (essa foi uma das grandes causas da Depressão de 1929). A fome e a subnutrição estão relacionados com a incapacidade de consumo por parte de populações miseráveis que não têm como pagar pelo prato de comida. No período pós-Segunda Guerra, a produção agrícola e alimentar mundial mais do que dobrou, graças ao extraordinário aumento da produtividade registrado nos países industrializados. No início dos anos 50, 2,5 bilhões de seres humanos contavam, em média, com 2.450 quilocalorias diários; em 2000, 6 bilhões tinham à sua disposição, em média, 2.700 quilocalorias. A extensão de terras aráveis e de culturas permanentes passou, no mesmo período, de 1,33 bilhão para 1,5 bilhão de hectares, ao passo que a área total de superfícies irrigadas mais do que triplicou (de 80 milhões para 270 milhões de hectares).^{ix}

As causas da fome e da subnutrição não radicam, portanto, na natureza, mas na política e na economia, nos interesses concretos que movem Estados e empresas. É óbvio que fatores climáticos, como a seca, têm influência, mas não são determinantes. Se há um exemplo irrefutável disso é o flagelo da pobreza no Nordeste brasileiro. Ali, a “indústria da seca” manteve e ainda mantém a posse da água (por meio da construção de açudes, abertura de poços e de sistemas de captação) sob o controle de oligarquias e coronéis que a utilizam como instrumento político de poder. Há inúmeros estudos sobre essa questão. Mesmo o projeto de transposição do rio São Francisco, apresentado pelo governo federal como a solução final do problema da seca nordestina, na forma como foi proposta preserva, de fato, o jogo das oligarquias, com prejuízos incalculáveis para povos originários, populações ribeirinhas e ao meio ambiente.

“Ajuda” maldita: o exemplo da Somália

A desigualdade mundial foi agravada a partir de 1954, quando a OAA decidiu criar um programa internacional de ajuda alimentar, destinado a amenizar os sofrimentos das populações pobres, principalmente na África e na Ásia. Nos marcos do sistema econômico liberal construído pelos acordos de Bretton Woods de 1944, os Estados Unidos, seguidos dos outros países desenvolvidos, transformaram a idéia de ajuda em contratos comerciais que, claro, deveriam assegurar benefícios para as corporações exportadoras de alimentos. A concepção básica sobre a qual tais contratos se apoiavam - e ainda se apoiam - é a de que a indústria de alimentos é apenas mais um negócio, sujeita às mesmas leis e mecanismos de mercado que regulamentam o comércio de mercadorias em geral. Ao mesmo tempo, cada país desenvolvido, em especial os Estados Unidos, protege os seus próprios produtores rurais com fortes subsídios públicos e leis que impedem a concorrência externa.

A Somália oferece um exemplo tão nítido quanto trágico desse processo. Até os anos 70, o país, nos limites de sua precariedade, era auto-suficiente na produção de alimentos. Sua economia era baseada em relações de troca entre criadores de gado (pastores nômades que representavam 50% da população) e pequenos agricultores. Até 1983, o rebanho contribuía com 80% das receitas da exportação. As comunidades adaptavam-se, ainda que pobremente, ao regime das secas.

A intervenção do FMI e do Banco Mundial no começo dos anos 80 contribuiu para exacerbar a crise da agricultura no país. As reformas econômicas minaram a frágil relação de troca entre as economias nômade e sedentária, isto é, entre os criadores de gado e os pequenos agricultores, caracterizada por transações feitas com dinheiro ou na forma de escambo tradicional. Um programa de austeridade muito rígido foi imposto ao governo, em grande parte para possibilitar a liberação dos fundos necessários para o serviço da dívida da Somália com o Clube de Paris.

(...) O PAE [Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo FMI] reforçou a dependência da Somália referente aos grãos importados. Dos meados dos anos 70 ao dos anos 80 a ajuda alimentar aumentou quinze vezes, à taxa de 31% ao ano. Associado ao aumento das importações comerciais, esse influxo de excedentes de trigo e arroz baratos vendidos no mercado doméstico acarretou a exclusão dos produtores locais, bem como uma grande mudança nos padrões de consumo de alimentos, em detrimento das safras tradicionais (milho e sorgo). A desvalorização do *shilling* somali, imposta pelo FMI em junho de 1981, foi repetida periodicamente, causando aumento nos preços do combustível, dos fertilizantes e dos insumos agrícolas. O impacto sobre os agricultores foi imediato, particularmente nas plantações regadas pela chuva, mas também nas áreas cultivadas com sistemas de irrigação. O poder aquisitivo urbano caiu fortemente, os programas de expansão do governo foram cortados, a infra-estrutura entrou em colapso, a desregulamentação do mercado de grãos e o influxo da “ajuda alimentar” originaram o empobrecimento das áreas rurais.

Durante esse período, muitas das melhores terras cultiváveis foram apropriadas por burocratas, oficiais do Exército e negociantes ligados ao governo. Em vez de promover a produção de alimentos para o mercado doméstico, os financiadores encorajaram o desenvolvimento dos chamados produtos de “alto valor agregado” – frutas, legumes, sementes oleaginosas e algodão – para exportação, nas terras de melhor irrigação.^x

Para além dos resultados economicamente predatórios de uma “ajuda” baseada nas leis de mercado, os programas acabaram estimulando a prática desenfreada de corrupção, pois os detentores do direito de distribuir a comida nos países pobres – em geral, ditaduras e governos despóticos - acumularam, obviamente, um extraordinário poder político em suas

mãos. Criou-se, assim, uma rede intrincada de interesses entre as grandes corporações, governos locais corruptos e os estrategistas dos governos capitalistas avançados. A “ajuda alimentar permanente” fornecida pelos países desenvolvidos cresceu no ritmo da globalização do mercado de alimentos. Nos anos 80, as milhares de toneladas de cereais e carne enviadas da Comunidade Européia (atual União Européia) e Estados Unidos para a África subsaariana, por exemplo, representaram uma arma das corporações na disputa pelo controle dos mercados. A ajuda, convenientemente, implicou a redução dos estoques de excedentes empilhados nos armazéns dos países ricos, mas desorganizou a produção agrícola africana.

Como aconteceu no caso da Somália, os produtores locais, obviamente, não tinham como competir com os preços praticados por gigantes do comércio de cereais, como a Cargill, nem com os exportadores de carne europeus. O resultado foi o êxodo rural. Em contrapartida, os pacotes da “ajuda” eram embalados por campanhas publicitárias milionárias, que multiplicavam imagens fortes e comoventes de crianças, mulheres e idosos em situações de absoluta indigência, o que faz apenas acentuar o seu caráter desumano e imoral. Nos anos 90, a liberalização radical da economia, no quadro da globalização neoliberal, completou o processo de submissão da produção agrícola às regras do mercado financeiro. O jogo especulativo das bolsas de valores que operam no mercado mundial de *commodities*, que movimentam dezenas de bilhões de dólares, e não a necessidade de comida, determina o preço dos alimentos. As conseqüências são terríveis para os países mais pobres, cujas atividades vinculadas à agricultura representam, em média, cerca de 30% do total do Produto Interno Bruto, e envolvem 70% da população. Com uma renda por habitante média que oscila em torno de 1 dólar estadunidense por dia (discutível linha de pobreza fixada pelo Banco Mundial), essas populações são extremamente dependentes dos preços das *commodities* no mercado internacional.^{xi} Uma pequena variação pode significar um completo desastre para um país que se enquadra nessa categoria.

A questão estratégica da soberania alimentar

Mas nem só as considerações imediatamente econômicas entram nos cálculos dos mais ricos. Eles sabem que a soberania de um país depende de sua capacidade de produzir o seu próprio alimento, ou de, pelo menos, controlar as suas fontes e o seu comércio, com ainda maior acuidade do que a verificada no setor energético. Por ser tratar de um setor estratégico, é tratado com todo o tipo de proteções e garantias por parte dos respectivos Estados. Os países mais ricos são os que garantem mais protecionismo, não apenas criando reservas de mercado contra a competição os estrangeiros, mas também subsidiando os seus produtores, em caso de queda dos preços internacionais dos produtos. Sempre que as cotações caem no mercado internacional, os países ricos reforçam as barreiras às importações (por exemplo, impondo pesadas tarifas que encarecem as importações) e aumentam os subsídios e benefícios destinados aos seus agricultores, evitando perdas para a agropecuária. Quando acontece o inverso, em períodos de alta de preços, as barreiras tarifárias e os subsídios pagos diretamente aos agricultores são reduzidos, em doses homeopáticas, apenas para aliviar momentaneamente as pressões sobre o orçamento daqueles países.

Esse mecanismo é facilmente identificado quando se analisa períodos históricos. Um estudo feito pelo Banco Mundial mostra que nos anos 70, quando o mercado mundial de *commodities* desabou, como resultado do aumento recorde dos estoques de alimento, os mecanismos de proteção de preços e subsídios diretos aos produtores passaram de pouco menos de 30%, na média entre 1965 e 1974, para quase 40% do valor total da produção agrícola no triênio 1979 a 1981.^{xii} Na fase seguinte, entre 1986 e 1988, saltaram para quase 63% do valor da produção - pico registrado para os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os governos das nações mais desenvolvidas. A recuperação dos preços agrícolas na segunda metade dos anos 90 derrubou os níveis de proteção nos países da OCDE para 41,5%, na média do período

1995-1997. Mas aquele índice voltou a subir no triênio 2000/2002, para 44,9%, diante de novo recuo dos preços entre o final dos anos 90 e 2001. Os subsídios diretos à produção agrícola e os mecanismos de suporte aos preços domésticos, no setor, consumiram 228 bilhões de dólares entre 2000 e 2002 nos países da OCDE, dos quais perto de 143 bilhões de dólares corresponderam a tarifas aduaneiras, cobradas na importação, e 85 bilhões de dólares foram destinados a subsídios diretos aos produtores.

Protecionismo agrícola dos países ricos			
Subsídios e proteção total aos produtores, em porcentagem sobre receita bruta do setor agrícola			
Países/blocos	1986/1988	1995/1997	2000/2002
OCDE	62,5	41,5	44,9
União Européia	75,8	48,8	53,4
Estados Unidos	34,3	14,9	26,2
Japão	162,1	144,7	146
Leste europeu*	63,6	13,5	22,1
Austrália e Nova Zelândia	10,6	6,8	3,6
Canadá	64,2	55,4	23
Outros países da OCDE em desenvolvimento**	37,8	46,1	52,6
(*) República Tcheca, Hungria, Polônia e República Eslovaca			
(**) República da Coreia, México e Turquia			
Fonte: Banco Mundial			

No Brasil, os preços mínimos são definidos pelo governo de forma a assegurar aos produtores uma renda mínima, permitindo, ao menos em tese, que honrem os empréstimos tomados e paguem os insumos (adubos, defensivos agrícolas, óleo diesel etc.) adquiridos para o plantio. Quando os preços caem abaixo daquele piso, o governo deveria entrar no mercado, comprando a produção – mas as mesmas autoridades que enaltecem as virtudes do agro-negócio como uma espécie de redenção da economia nacional, abandonam os pequenos produtores, alegando que “o mercado” se encarregará de trazer os preços para níveis satisfatórios. Os países mais pobres, sufocados por dívidas imensas e politicamente pressionados pelos ricos e por transnacionais dos alimentos, não reúnem condições econômicas nem políticas para subsidiar os seus próprios produtores, o que acentua a sua incapacidade de competir no mercado internacional e a sua dependência para com a importação de comida e implementos agrícolas.

Condicionado por políticas nacionais de subsídios e protecionismos dos países ricos que beneficiam os seus produtores, o setor agrícola oferece os maiores obstáculos a qualquer acordo multilateral de livre comércio. O impasse nas negociações internacionais conduziu à dissolução do Acordo Geral de Livre Comércio (GATT, na sigla em inglês), em 1996, após o fracasso da Rodada do Uruguai, e produziu novas situações de paralisia no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A extinção do GATT não foi um acontecimento secundário na história mundial. Criado logo após a segunda Guerra Mundial para regulamentar o comércio mundial, no quadro de relações completamente caóticas, o acordo conseguiu sobreviver a várias crises graves. O seu desaparecimento revelou as limitações do neoliberalismo: mostrou que a “liberdade de comércio” só serve quando se trata de beneficiar aos donos do capital e aos países centrais do sistema capitalista. Ao completar a sua primeira década de existência, a OMC caminha para o mesmo tipo de impasse.

Transgênicos: novo capítulo na história da fome

A completa liberalização do comércio de alimentos significou o desastre para as regiões mais pobres do planeta, completamente expostas ao jogo praticado nos grandes

centros financeiros internacionais. Apenas para citar um exemplo: entre 1980 e 1991, o índice médio dos preços das matérias-primas exportadas pela África (café, cacau, algodão, ouro, etc.) reduziu-se em 30%; como resultado, a dívida total da África subsaariana foi multiplicada por 3,3. Não será necessário explicar o que isso significou em termos de ampliação da “mancha da fome”. Mas não é “só”. A comercialização dos alimentos geneticamente modificados (transgênicos) introduziu um novo capítulo numa história já repleta de tragédias. Nos anos 90, as corporações produtoras de transgênicos passaram a impor o consumo de suas sementes aos países necessitados de ajuda, por meio de exigências feitas pelo Banco Mundial e diretamente pelo governo dos Estados Unidos, via USAID (programa governamental estadunidense de ajuda humanitária internacional). Em vários casos, isso significou jogar no lixo as leis vigentes nos países “ajudados” e afrontar os hábitos alimentares próprios das culturas nacionais.

Cada vez mais, a ajuda alimentar é utilizada como arma para criar mercados para as indústrias biotecnológicas e produtoras de alimentos geneticamente modificados. O exemplo mais escandaloso dessa forma desumana de ajuda foi a tentativa feita pela USAID de fornecer milho transgênico destinado à alimentação humana aos países do sul da África atingidos pela fome, incluindo Zâmbia, Zimbábue e Malawi. O Malawi foi forçado a aceitar o milho transgênico, por ter sido antes obrigado, pelo Banco Mundial, a vender suas próprias reservas de milho, como meio de obter verbas para pagar bancos credores. Em compensação, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, que jogaram um papel significativo nas negociações referentes ao protocolo sobre bio-segurança – sistema controlador dos alimentos geneticamente modificados adotado no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre biodiversidade –, rejeitaram o milho transgênico oferecido como ajuda alimentar. O presidente de Zâmbia Lévy Muanuasa declarou que seu povo preferia morrer a ingerir alimentos tóxicos.

A declaração foi dada após um processo de consulta nacional realizado em 12 de outubro de 2002, quando produtores agrícolas, associações de mulheres, líderes religiosos e tradicionais, parlamentares, políticos da oposição e do governo, todos juntos fizeram um apelo para que a população rejeitasse o milho transgênico. O presidente zambiano criticou a OAA, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), acusados de irresponsabilidade provocada por sua subordinação aos Estados Unidos. “Talvez sejamos pobres e talvez estejamos enfrentando penúria alimentar, mas não estamos dispostos a expor a nação a riscos conhecidos de doenças”, declarou o presidente. E acrescentou que os zambianos não deveriam ser usados como cobaias.^{xiii}

Durante a Cúpula da Terra (conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável), realizada em Johannesburgo (África do Sul), entre agosto e setembro de 2002, o então secretário de Estado estadunidense Collin Powell fez forte pressão sobre os países africanos para que importassem alimentos geneticamente modificados produzidos nos Estados Unidos. Como resposta, obteve uma declaração assinada por representantes da sociedade civil de 45 países africanos, condenando a imposição de comida contaminada e sugerindo medidas alternativas que tinham como pressuposto o direito do camponês à terra, às sementes e à água.

A imposição do uso de grãos transgênicos atingiu um ponto de auge no Iraque invadido pelas tropas de George Bush, onde os agricultores foram proibidos de reservar as suas próprias sementes para o plantio do ano seguinte. Ao invés disso, são obrigados a comprar sementes de empresas como a Monsanto, que, nos últimos anos, patentearam diversas variedades de sementes melhoradas pelas populações locais. Paul Bremer, então administrador estadunidense da coalizão do governo provisório do Iraque, “atualizou” a lei de propriedade intelectual do país, para “atender os atuais padrões de proteção internacionalmente reconhecidos”. A nova lei torna ilegal a colheita de sementes para a

safras do ano seguinte, prática realizada por 97% dos agricultores iraquianos em 2002 e procedimento agrícola milenar presente nas mais diferentes civilizações. De acordo com o Artigo 4.b, “todos os anos os iraquianos devem destruir suas sementes e comprar sementes de fornecedores autorizados, sob pena de multas e prisão”.^{xiv}

Brasil: golpe e capitulação do governo federal

No Brasil, no final dos anos 90, um número crescente de agricultores do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul passaram a usar sementes transgênicas de soja contrabandeadas da Argentina, contrariando as leis então em vigor no país. Criaram um fato consumado, já que as leis brasileiras não permitiam o uso de transgênicos. Para evitar a falência de milhares de agricultores que, em 2002, colheram 4,5 milhões de toneladas de soja geneticamente modificada no estado gaúcho e (em menor escala) no Mato Grosso do Sul, o governo federal foi levado a autorizar o seu comércio, com restrições, por obra de uma medida provisória de março de 2003. Estava aberto o caminho para a aprovação definitiva da produção e comércio de alimentos geneticamente modificados, consagrada em votação da Lei de Biossegurança, pela Câmara dos Deputados, com 352 votos, em março de 2005. A Monsanto alega não ter qualquer responsabilidade pelo contrabando das sementes, mas isso é muito duvidoso, já que ela foi a grande beneficiada. De fato, a liberação dos transgênicos no Brasil, literalmente, salvou a empresa da quebra. A Monsanto produz 91% das sementes transgênicas do mundo, mas seu estoque perdeu 50% de seu valor, entre 2001 e 2003, porque a Europa, o Brasil, o México, a China e outros grandes mercados não permitiam sua entrada. A transnacional contabilizava prejuízos da ordem de 1,7 bilhão de dólares.

O Brasil era o único país com produção de soja não contaminada em escala suficiente para suprir a demanda internacional. De fato, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil são responsáveis pelas exportações de 90% da soja consumida no mundo, mas só a brasileira era não contaminada. Precisamente por esse motivo, a exportação de soja brasileira cresceu à taxa de 2,9% ao ano entre 1996 e 2001 enquanto a estadunidense recuou 4,2% ao ano. Em uma palavra, a Monsanto estava desesperada. De seu ponto de vista, era vital que o Brasil liberasse o uso e o comércio da soja modificada. O governo brasileiro não tinha que ceder à pressão dos agricultores. Havia alternativas: por exemplo, comprar toda a safra ilegal, exportar para algum país que se dispusesse a comprá-la e pagar os produtores com multa; ao mesmo tempo, suspender a licença de operação da Monsanto no Brasil, até que todas as responsabilidades fossem apuradas. A Monsanto, em vez de punida, foi premiada. Logo após a edição da medida provisória que autorizou a comercialização da soja ilegal, a transnacional anunciou que cobraria *royalties* (direito de uso) dos agricultores. Até mesmo os produtores favoráveis à liberação dos transgênicos foram pegos de calças curtas. O então vice-presidente da Comissão Nacional de Agricultura (CNA), Marcel Caixeta, disse que os agricultores não sabiam que as sementes cultivadas eram patenteadas pela Monsanto e muito menos que deveriam pagar pelo uso da tecnologia. Em outras palavras, os agricultores brasileiros caíram numa armadilha. “É exatamente o procedimento adotado nos outros países. A indústria vende as sementes a baixo custo e a partir daí passa a exigir *royalties*”, explica Osiris Lopes Neto, então consultor jurídico da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A capitulação vergonhosa do governo federal brasileiro no caso das sementes contrabandeadas abriu uma ampla avenida para que a aprovação definitiva passasse no Congresso Nacional, em 24 de março de 2005, sob a forma de uma Lei de Biossegurança. Para empurrar a soja modificada goela abaixo dos brasileiros, os seus defensores utilizaram um recurso esperto: incluíram no mesmo pacote a liberação dos transgênicos e a pesquisa com células tronco, essencial para a eventual cura de doenças que causam grande sofrimento aos seus portadores, incluindo câncer (a leucemia inclusive), lesões na coluna (problemas de paralisia), danos cerebrais (traumas e doenças como os males de Alzheimer e de Parkinson), tratamentos para doenças neurodegenerativas e danos no coração. A

aprovação dos transgênicos passou de contrabando na nova lei, como antes as sementes da Monsanto foram contrabandeadas da Argentina.

Na Argentina, onde as sementes transgênicas foram liberadas, em 1997, pelo mesmo governo que levou o país ao desastre econômico e social total, aumentou a miséria no campo. O pequeno produtor não tem como pagar as taxas exigidas pela Monsanto pelo uso da semente transgênica, que contamina (pelo vento, ação dos pássaros e da natureza) até mesmo as plantações daqueles que querem manter a soja pura. Pior ainda: a cultura de sementes transgênicas produziu um desastre ambiental de grandes proporções, graças ao uso de toneladas de glifosato, fabricado e comercializado pela Monsanto.

A perigosa subversão neoliberal das leis naturais

No atual estágio das pesquisas, os alimentos geneticamente modificados só podem ser encarados como uma incógnita, ainda mais por possibilitarem, pela primeira vez na história, uma transposição radical de barreiras entre os reinos animal, vegetal e mineral. O mundo botânico, tal como o conhecemos hoje, foi criado e moldado ao longo de 4 bilhões de anos; as plantas aproveitadas na agricultura são o resultado de um processo de pelo menos 10 mil anos de seleção lenta e gradual. Na natureza, mesmo as menores mutações só sobrevivem se passarem pelo teste do tempo. Agora, a engenharia genética propõe uma completa revolução, subordinando a natureza às necessidades do capital. Experimentos criados em laboratório, em ritmo completamente artificial, são imediatamente colocados em circulação no mercado, sem que se saiba quais serão as suas conseqüências para os consumidores.

Como notam os cientistas estadunidenses Amory Lovins (físico, graduado por Oxford e Harvard, com seis doutorados honorários e 26 livros publicados) e Hunter Lovins, “a nova botânica transfere mecanicamente genes entre organismos, que jamais se cruzariam naturalmente: um gene anti-congelante de um peixe (o linguado do Ártico) pega uma carona num vírus-hospedeiro para se tornar parte de batatas ou morangos”,^{xv} para, com isso, permitir a produção de morangos e batatas no inverno, com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro. Só que ninguém sabe responder a que reino pertence o tal morango que contém um gene de peixe: é animal, vegetal ou algo bizarro, que pode gerar efeitos catastróficos na saúde e no meio? Só nos Estados Unidos, ainda segundo Lovins, o Departamento de Agricultura já aprovou cerca de 50 variedades transgênicas, incondicionalmente liberadas, e os pesquisadores dos Estados Unidos já testaram outras 4.500. É uma indústria que escapa completamente ao controle da sociedade.

Uma notícia alarmante, publicada pelo jornal britânico *The Independent* e reproduzida no Brasil pela *Folha de S. Paulo*, parece corroborar os piores temores dos críticos: o uso intensivo de alimentos transgênicos produziu efeitos devastadores em ratos. As experiências foram conduzidas pela própria Monsanto, que tratou de guardar as suas conclusões a sete chaves, até que o assunto “vazou”:

Ratos alimentados com uma dieta rica em milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações em seu sangue, segundo um estudo. Os resultados trazem à tona os velhos temores de que a saúde humana possa ser afetada pelo consumo de alimentos transgênicos.

O jornal britânico *The Independent* obteve detalhes de um estudo secreto realizado pela companhia Monsanto, uma gigante no ramo de alimentos geneticamente modificados, que mostra que ratos alimentados com o milho alterado tinham rins menores e variações na composição de seu sangue.

Segundo o relatório confidencial de 1.139 páginas, esses problemas de saúde não apareceram em outro conjunto de roedores, alimentados com produtos não-modificados para servir de grupo de controle para comparação dos resultados.

As revelações surgem em meio a pedidos para que os resultados sejam tornados públicos, enquanto os países europeus se preparam para votar sobre se o milho modificado deve ou não ser colocado no mercado para consumo por seres humanos.

(...) Embora a Monsanto descarte as anormalidades observadas nos ratos como insignificantes e aleatórias, uma fonte no governo britânico disse que os ministros estavam tão preocupados pelas descobertas que estavam requisitando mais informações.

Os ambientalistas encaram as descobertas como confirmação de um estudo britânico de sete anos atrás, que sugeria que ratos alimentados com batatas transgênicas sofriam danos à saúde. Aquela pesquisa, severamente criticada pela comunidade científica britânica, foi interrompida, e Arpad Pusztai, o cientista que liderou o estudo, foi forçado a se aposentar. Pusztai também reportou uma “enorme lista de diferenças significativas” entre ratos alimentados com milho convencional e modificado.

Produto antigo

O novo estudo da Monsanto é feito com um milho, com codinome MON 863, que foi modificado para se proteger contra uma larva de besouro, que a companhia descreve como “uma das pragas mais perniciosas a afetar plantações de milho ao redor do mundo”.

(...) Os detalhes completos da pesquisa com os ratos estão no relatório principal, que a Monsanto se recusa a divulgar por considerar que ele “contém informações confidenciais de negócios que poderiam ter uso comercial por nossos competidores”.^{xvi}

Os defensores do uso dos transgênicos esgrimem o argumento de que o uso de novas tecnologias sempre provocou reações e “sustos” por parte dos setores mais conservadores da sociedade. Mas essa afirmação é capciosa, primeiro por falsamente identificar o debate sobre os alimentos geneticamente modificados com a discussão mais geral sobre a revolução tecnológica, da qual a indústria alimentar é apenas uma parte; segundo, porque ninguém se opõe, abstratamente, ao avanço da ciência. Não se trata, é óbvio, de descartar a priori qualquer inovação científica, nem de defender determinadas tradições pelo mero fato de constituírem usos consagrados ao longo de milênios, mas sim de permitir que a sociedade tenha o devido tempo para conhecer e debater democraticamente os seus efeitos. O problema é que tempo, justamente, é um artigo com o qual as corporações não aceitam negociar. Querem ganhar a corrida tecnológica, em nome do lucro e de ocupar a maior parcela possível do mercado, antes que os seus concorrentes o façam.

Estamos, aqui, no cerne do problema: a relação entre ética, a ciência e a tecnologia. Os números, as tabelas, os prognósticos e os índices funcionam como argumentos de autoridade que inibem e substituem a interlocução, o diálogo, o exercício da indagação e da crítica. Há muito dinheiro em jogo. Só em 2001, o total de investimentos em pesquisas com novas tecnologias, em todos os campos, foi de quatro bilhões de dólares, envolvendo todas as grandes corporações do planeta.^{xvii} Em nome da ciência e do “progresso”, mas em busca do lucro, ergue-se um edifício discursivo monolítico e impositivo que impede o debate democrático.

O grau de aperfeiçoamento da biotecnologia agrária chegou a tal ponto que, mediante a manipulação molecular, as indústrias podem substituir artificialmente produtos que antes só eram encontrados na natureza. Um exemplo disso é a produção de um substituto de manteiga de cacau com base na utilização de óleos e gorduras derivados de plantas e animais.^{xviii} Em outros termos, as transnacionais dependerão cada vez menos de produtores de *commodities*, em geral localizados nos países pobres do Terceiro Mundo, e cada vez mais de seus próprios laboratórios. Ora, é fácil imaginar o que isso pode significar para uma economia como a de Gana, que tem no cacau a sua segunda maior fonte de receita de exportação, depois do ouro, e com um setor agrícola que responde por 35% de seu Produto Interno Bruto. O produtor de cacau de Gana já não mais competirá com os seus

concorrentes da Indonésia e do Brasil, mas “num mercado mundial de gorduras com os cultivadores de coco da Tailândia e os palmeirais da Malásia, com o cultivo da azeitona na área do Mediterrâneo, as lavouras de colza no norte da Alemanha e, provavelmente, com a frota pesqueira japonesa.”^{xix} E na medida que as pesquisas avancem, serão encontrados outros substitutos artificiais que tenderão a provocar efeitos catastróficos nas já combalidas economias nacionais dos países exportadores de *commodities*.

Lagos de excremento: a perspectiva do capitalismo

Essa mesma mentalidade criou a doença da “vaca louca” (encefalopatia bovina espongiforme, ou BSE, na sigla em inglês), oficialmente diagnosticada em 1986. Pecuaristas britânicos, em nome da eficácia e da produtividade, misturaram pó da carcaça moída do gado à ração que alimentava as vacas, sem fazê-la passar por qualquer controle sanitário, assim transformando seres herbívoros em canibais. Os produtores contavam com a cumplicidade ou a total ausência das autoridades sanitárias, inebriadas pelo clima neoliberal instaurado no país pela “dama de ferro” Margareth Thatcher. Produziu-se, assim, um efeito multiplicador da doença.

Apesar do trágico exemplo oferecido pela “vaca louca”, nos Estados Unidos, o governo Bush levou ao limite extremo a total falta de cuidado para com as questões ambientais e a negligência quanto ao controle da agro-indústria. Multiplicam-se, nos Estados Unidos, e em particular no Estado de Ohio, os chamados campos de Operação Concentrada de Alimentação de Animais (*Concentrated Animal Feeding Operation*, ou *Cafo*, na sigla em inglês), método empregado por grandes corporações da indústria de alimento para aumentar a produtividade e os lucros. Centenas de milhares de porcos criados em áreas exúguas e sem cuidados sanitários adequados criam imensos lagos de excrementos que contaminam a terra, os lençóis freáticos e as comunidades humanas vizinhas.

Lagos de excremento, aliás, são uma boa metáfora daquilo que o neoliberalismo significa para os povos do mundo.

Notas

ⁱ Encontrado em <ftp.fao.org/docrep/fao/008/a0200s/a0200s.pdf>, visitado pela última vez em 20 nov. 2005.

ⁱⁱ Relatório da OAA sobre a fome no mundo, 2004. Encontrado em <www.fao.org/documents/>, visitado pela última vez em 02.abr.2005.

ⁱⁱⁱ Equivalente – cereal é a quantidade de cereais necessária para produzir o mesmo valor calórico que a produção agrícola considerada.

^{iv} Um trator fabricado pela empresa Case, para plantio, aplicação de defensivos e colheita de cana, controlado por sistema GPS (*global positioning system*, que permite traçar rotas com auxílio de satélite), foi uma das vedetes da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow) de Ribeirão Preto (SP), realizada em maio de 2005.

^v Dados fornecidos por Marcel Mazoyer, “*Mondialisation libérale et pauvreté paysanne – quelle alternative?*”, em *Question agraire et mondialisation*, Alternatives Sud – vol IX (2002), publicação do Centre Tricontinental, com sede em Louvain (Bélgica), ed. L’Harmattan, Paris, pp. 11-12

^{vi} V. Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes Silva (orgs.), *O avesso do trabalho*. Expressão Popular, São Paulo, 2004. Os dados citados estão contidos no ensaio “Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas”, de Maria A. M. Silva, pp. 29 a 78.

^{vii} Idem, p. 48.

^{viii} No livro *Ensaio sobre o princípio populacional* (1798), o economista Thomas Robert Malthus afirma que as populações humanas crescem em ritmo mais acelerado do que a sua capacidade de produzir alimentos, e que por isso a fome, e todos os problemas a ela associados, seria um fenômeno inerente à condição humana. As guerras e as epidemias seriam medidas naturais de auto-defesa criadas pelo próprio sistema, para impedir uma explosão populacional incontrolável, que implicaria a destruição da vida humana. Charles Darwin leu a obra de Malthus, que acabou exercendo uma influência decisiva em sua teoria sobre a sobrevivência do mais adaptado para explicar a evolução das espécies.

^{ix} Marcel Mazoyer, Op. Cit., p. 8

^x Michel Chossudovsky, *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Ed. Moderna, São Paulo, 1999. pp 90-91.

^{xi} V. o documento da OAA, “*Food security prospect for food-insecure countries*”, encontrado no endereço: <www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/y5143e/y5143e00.htm>, visitado pela última vez em 25.jul.2005

^{xii} Citado por Lauro Veiga Filho, em “Os países ricos defendem os seus mercados”, jornal *Brasil de Fato* ed. 101, encontrado em: <www.brasildefato.com.br/economia/101ospaises%20ricosdefendem.htm>, visitado pela última vez em 25.jul.2005

^{xiii} Vandana Shiva, “*Famines et aliments génétiquement modifiés: une aide inhumaine*”, em *Interventions humanitaires?*, Alternatives Sud – vol XI (2004 / 3), publicação do Centre Tricontinental, com sede em Louvain (Bélgica), ed. Syllepse, Paris, pp. 95-96.

^{xiv} Encontrado no site <globalresearch.ca/articles/KHA501A.html>, consultado pela última vez em 08.abr.2005.

^{xv} Amory Lovins e Hunter Lovins, “O conto das duas botânicas”, Agência Estado, 13. mar. 2003.

^{xvi} “Milho transgênico causa alteração em rato”, *Folha de S. Paulo*, 23.05.2005

^{xvii} *Tecnologia atômica a nova frente das transnacionais*, organizado pelo Grupo ETC. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2004, p. 21.

^{xviii} Idem, p. 12

^{xix} Idem, p. 12.